

À

Sra. Rafaela Freire

comercial@costaoesteserv.com.br

Referência: Pregão Eletrônico Nacional NF 1088-22 - Serviços de manutenção, limpeza, produção e distribuição de mudas, manutenção de jardins, apoio a eventos e implantação de experimentos relacionados ao Horto de Plantas Medicinais, Condimentares, Aromáticas e Alimentícias não Convencionais.

Assunto: Impugnação - Resposta - Pedido Indeferido.

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é empresa juridicamente internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. Assim, a entidade é sujeita aos procedimentos de tutela representados em controles administrativos ou financeiros constantes das disposições pertinentes dos atos internacionais que a regem. Neste contexto, a binacional possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (em cumprimento ao prescrito no art. 28º do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), os quais se encontram disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU (NGL).

Portanto, as licitações realizadas pela ITAIPU, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua Norma Geral de Licitação, conforme consta no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do pregão eletrônico em epígrafe, não lhe sendo aplicável as Leis brasileiras nº 14.133/21 e nº 10.520/09.

Feitas as considerações iniciais e analisado o teor da carta apresentada por V. Sa, passamos a responder a insurgência apresentada, quais sejam:

a) Necessidade de incluir critério que retrate a efetiva variação do custo da mão de obra:

Pedido indeferido. A ITAIPU aclara que as condições de reajuste utilizadas pela ITAIPU empregam índices oficiais amplamente utilizados pelo mercado para serviços continuados desta natureza. Além disso, a ITAIPU ratifica que o “Reajuste de Preços”, previsto no capítulo VIII da Minuta de Contrato está de acordo com o estabelecido nas normas da ITAIPU atinentes à matéria.

b) Da ausência requisitos mínimos de qualificação econômico-financeira:

Pedido indeferido. O subitem 1.4.2, letra “a” do CBC estabelece como requisito para a habilitação da proponente o Cadastro na ITAIPU na modalidade Completo. Contudo, para

a proponente obter o cadastro nesse patamar, deverá apresentar à ITAIPU o seu Balanço Patrimonial e outras demonstrações financeiras para a aferição da qualificação econômico-financeira da proponente mediante a apuração de indicadores contábeis estabelecidos para esse fim, conforme subitem 5.1.1, IV, da IS 01 da IP 02.

Ou seja, não existe uma omissão editalícia das qualificação econômico-financeira das proponentes, mas uma aferição nos termos da Norma da ITAIPU atinente a matéria.

Deste modo, a exigência para a habilitação não pode ser desarrazoada a ponto de impossibilitar a participação de quaisquer interessados que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação para a execução do objeto a ser licitado. Conforme artigo 37, XXI, da Carta Magna, somente poderão ser exigidos documentos referentes à *“qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações”*.

c) Da ausência de requisitos mínimos de qualificação técnica:

Pedido indeferido. Análogo à resposta da insurgência anterior, a ITAIPU reitera que os requisitos habilitatórios estabelecidos no edital são suficientes para comprovar a qualificação técnica necessária para a garantia do cumprimento das obrigações contratuais, garantindo que a proponente está apta para executar o objeto demandado, preservando amplamente o princípio da competitividade.

Esse é o entendimento consolidado do TCU, aqui registrado apenas na condição de diretriz de boa prática:

(...) ao estabelecer exigências para comprovação de aptidão para prestar os serviços, cumpra o disposto no art. 30 da Lei de Licitações e Contratos, em especial nos seus §§ 1º, 3º e 5º, requerendo, para tanto, a apresentação de atestados ou certidões, vedadas as limitações de tempo, época, locais específicos ou quaisquer outras não previstas em lei, que inibam a participação da licitação, como a fixação de experiência mínima dos profissionais sem justificativa técnica que a ampare. (Acórdão 890/2007 - Plenário).

Considerando que não existe autorização legislativa para o estabelecimento de marco temporal com experiência mínima de três anos, atualmente, doutrina e jurisprudência admitem a referida exigência se evidenciado que é requisito indispensável para a garantia da prestação dos serviços, e desde que observado o princípio da competitividade.

Não obstante, relevante anotar que casos excepcionais podem vir a receber tratamento alternativo, desde que, obviamente, encontrem justificativa capaz de demonstrar que as referidas limitações são essenciais à execução satisfatória da prestação do objeto a ser contratado.

Assim decidiu o TCU quando analisou caso específico:

“(...) A vedação à exigência de atestados com limitação de época pode ser contemporizada nas situações em que a tecnologia envolvida só se tornou

disponível a partir do período indicado. Conforme apontado pela unidade técnica, mudanças tecnológicas nos processos desenvolvidos nas áreas portuárias, a exemplo da containerização de produtos agrícolas, ‘ganham força em passado recente, de modo que a restrição dos atestados de capacidade técnica a atividades prestadas pelos interessados nos últimos cinco anos pode ser considerada razoável’ (...). 17. No entanto, é essencial que justificativas dessa natureza, por seu caráter excepcional, sejam especificadas e fundamentadas em estudos técnicos que constem do processo de licitação”.¹

Deste modo, diferentemente do que aduz a proponente em sua impugnação, não é imprescindível a comprovação da prestação dos serviços por período não inferior a 3 (três) anos, eis que tal exigência além de não encontrar respaldo nas leis internas, restringe a competitividade entre os licitantes. Ressalta-se que tal exigência poderia ser adotada de maneira excepcional, desde que devidamente presente justificativa capaz de demonstrar que é essencial à prestação dos serviços a serem contratados, o que não parece ser o caso.

d) Da necessidade do vínculo profissional do responsável técnico e da necessidade de apresentar registro CREA e CAT:

Pedido indeferido. De maneira semelhante ao exposto nas respostas das insurgências anteriores, a ITAIPU estabeleceu como habilitação apenas exigências suficientes para comprovar a qualificação técnica necessária para a garantia do cumprimento das obrigações contratuais. Não obstante, a ITAIPU disciplinou o vínculo profissional e o responsável técnico nos incisos V e VI da Cláusula 7ª da Minuta do Contrato.

Além disso, com objetivo de ampliar a disputa do certame, a ITAIPU, por meio do Aditamento I, alterou o inciso V da Cláusula 7ª da Minuta de Contrato, incluindo a possibilidade do responsável técnico ser Engenheiro (Florestal, Agrônomo ou Ambiental) com registro profissional vigente no CREA.

Por fim, ressalta-se ainda que as exigências editalícias não eximem ou afastam eventuais obrigações legais que a futura CONTRATADA deverá cumprir para execução dos serviços.

Diante de todo o exposto, consideram-se indeferidas todas as insurgências apresentadas pela Impugnante.

Por fim, solicitamos a gentileza de confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail compras@itaipu.gov.br.

Atenciosamente,

DANIELE TASSI SIMIONI GEMAEL
Superintendente de Compras

¹ TCU, Acórdão n. 2.205/2014, 2ª Câm., rel. Min. Ana Arraes.

Confirmo o recebimento:

(identificação e assinatura)

Data: ____/____/____

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinatura/Firma Digital - Itaipu Binacional. Para verificar as assinaturas, clique no link <https://pad.itaipu.gov.br/Verificar/358A-3D77-5F12-0A5D> ou visite o site <https://pad.itaipu.gov.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 358A-3D77-5F12-0A5D



Hash do Documento

2479CFA4FC900125B422333EF687919BB3437AB1E9068F2821168419BE05583B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 12/08/2022 é(são) :

☒ Daniele Tassi Simioni Gemael - 023.***.***-04 em 12/08/2022

16:24 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital